

## Concretizar, o mais rápido possível, as políticas complementares destinadas às "30 Medidas Financeiras" para facilitar a vida dos cidadãos de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada

Huang Chengbin 01/03/2023

Há dias, o Banco Popular da China, em conjunto com a Comissão Reguladora dos Bancos e Seguros da China (CBIRC), a Comissão Reguladora dos Títulos da China (CSRC), a Administração Estatal de Divisas (SAFE) e o Governo Popular da Província de Guangdong, publicou o "Parecer sobre o Apoio Financeiro para a Construção da Zona de Cooperação Aprofundada de Hengqin-Guangdong", que propôs um total de 30 medidas abrangendo seis âmbitos: criação de um ambiente financeiro de modo a facilitar a vida e o emprego dos residentes de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada; promoção da ligação entre a Zona de Cooperação Aprofundada e o mercado financeiro e infra-estruturas financeiras de Macau; desenvolvimento do sector financeiro moderno, contribuindo para a diversificação adequada da economia de Macau; promoção do comércio transfronteiriço e da facilitação da realização de financiamentos e investimentos; reforço da cooperação na supervisão financeira; e medidas de salvaguarda. Estas medidas trazem novas oportunidades para o desenvolvimento da indústria financeira moderna na Zona de Cooperação Aprofundada e para os cidadãos de Macau poderem integrar melhor as suas vidas na Zona de Cooperação Aprofundada.

As "30 Medidas Financeiras" estão intimamente associadas à vida dos residentes de Macau, mostrando-se mais exequíveis do que as anunciadas no passado. No entanto, a sua forma de implementação ainda requer coordenação e concretização por parte do Governo. Por exemplo, as medidas mencionadas "permitem que os bancos comerciais financiados com capitais de Macau e os bancos comerciais de capitais chineses que tenham sucursais em Macau e na Zona de Cooperação Aprofundada desenvolvam um projecto-piloto de transferência transfronteiriça de dados internos". A este respeito, a transferência de dados pessoais e respectivos conteúdos estará em conformidade com as leis de Macau? E diz ainda: "proceder-se-á, de forma ordenada, estudando-se a



possibilidade de realizar pagamentos pouco vultuosos, em patacas, na Zona de Cooperação Aprofundada". Mas, se os comerciantes se recusarem a aceitar patacas (por exemplo, por questões relativas a depósitos ou câmbios), existe algum mecanismo de tratamento de queixas disponível para os residentes de Macau?

A concretização e implementação das "30 Medidas Financeiras" requer a direcção e coordenação do Governo da RAEM. Espera-se que este possa elaborar, o mais rápido possível, um calendário para a implementação e respectivas instruções concretas e definir as políticas complementares, de modo a esclarecer as dúvidas do público, facilitar a vida dos cidadãos de Macau e o desenvolvimento de carreira dos trabalhadores dos diferentes sectores na Zona de Cooperação Aprofundada e acelerar o processo de colaboração e integração entre Hengqin e Macau.